



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000916-69.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP.

ASSUNTO: Contratação emergencial - Dispensa de licitação tradicional – Contratação temporária de pessoa jurídica, especializada em serviços de engenharia, para prestação dos serviços comuns de engenharia elétrica.

### **PARECER JURÍDICO Nº 135 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEMAP ([1010778](#)) objetivando a Contratação emergencial de pessoa jurídica, especializada em serviços de engenharia, para prestação dos serviços comuns de engenharia elétrica, a saber: manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (mediante ressarcimento), do sistema elétrico que compreende os elementos interligados de entrada de serviços, subestação, grupo gerador e *no-breaks*, instalações elétricas prediais não estabilizadas e estabilizadas desde o ponto de derivação (Entrada da Concessionária) até os Quadros Gerais de Distribuição (QGD's) de cada pavimento dos edifícios do TRE-RO em Porto Velho/ RO, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1011125](#)).

**02.** Registra-se que o pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

**03.** Por meio do Despacho n. 1062/2023 ([1012580](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9/2022, encaminhou o processo à SEMAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

**04.** Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito, foram juntados inicialmente os seguintes documentos ao processo:

**I** - Termo de Referência n. 1/2023 ([1015169](#)) que reproduz as regras da contratação emergencial;

**II** - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1015861](#)), com valor estimado de **R\$ 426.480,24** (quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos);

**05.** Após remessa da SEMAP ([1015879](#)) informando sobre a conclusão dos documentos do planejamento da contratação, a Secretária da SAOFC em substituição, por meio do despacho n. 1126/2023 ([1015947](#)) analisou que havia a Ausência de Cotação de Preços com fornecedores interessados, além de incongruência em relação a necessidade de formalização de equipe de gestão e fiscalização do contrato, havendo divergências no Documento de Formalização da Demanda ([1011125](#)) e Termo de Referência ([1015169](#)).

**06.** Por sua vez, a SEMAP juntou ao processo o cronograma das manutenções elétricas necessárias ([1015989](#)), diagrama do sistema elétrico ([1015990](#)), planta baixa dos edifícios ([1015991](#)), diagrama de interligação do sistema ([1015995](#)) e e-mails enviados ([1015947](#)) ([1016102](#)) ([1016595](#)) ([1016596](#)) ([1016627](#)) ([1016707](#)) ([1018672](#)) às empresas do ramo pertinente ao objeto da contratação com modelo de proposta comercial, habilitação e declarações visando atender aos comandos contidos no despacho ([1015947](#)).

**07.** Consoante disposto na manifestação n. 17/2023 SEMAP ([1024495](#)), não houve apresentação de propostas comerciais e documentos de habilitação, fato que motivou a alteração da qualificação técnica contida no Termo de Referência n. 1/2023 ([1015169](#)) e culminou com a supressão da exigência de comprovação de manutenção em no-break e adicionado o Anexo VI - Modelo de Proposta ([1022565](#)), com vistas a estimular a participação de empresas do Estado.

**08.** Ato contínuo, a SEMAP carreu aos autos novo Termo de Referência de n. 3/2023 ([1022159](#)), novo modelo de proposta ([1022565](#)) e encaminhou novamente às empresas do ramo pertinente ao objeto para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nova análise após modificações nas exigências relacionadas à qualificação técnica ([1022588](#)).

**09.** Nessa esteira, de todas as 7 (sete) empresas que receberam o e-mail ([1022588](#)) para apresentação de propostas, apenas as empresas **SL ENERGIA E GRUPO GERADORES** ([1024467](#)) ([1024468](#)) ([1024470](#)) ([1024471](#)) ([1024472](#)) ([1024473](#)) ([1024474](#)) e **MAROK SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA LTDA** ([1024476](#)) ([1024477](#)) ([1024479](#)) ([1024480](#)) ([1024480](#)) ([1024482](#)) ([1024484](#)) ([1024486](#)) ([1024489](#)) encaminharam propostas comerciais e demais documentos exigidos, conforme teor da manifestação ([1024495](#)).

**10.** Assim, a SEMAP concluiu que as propostas das empresas estavam dentro dos limites estabelecidos no Item 11 do TR ([1022159](#)), bem como apresentaram a documentação exigida para fins de habilitação, declarando que ambas estariam habilitadas ([1024495](#)), sendo que a empresa que apresentou a melhor proposta comercial foi a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA**, CNPJ N. 15.706.238/0001-04, que comprovou a sua regularidade e habilitação exigidas para contratar com este Regional.

**11.** Por meio do Despacho n. 1298/2023 ([1024631](#)), o titular da SAOFC determinou a remessa do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

**12.** A SAC solicitou diligências para conclusão da análise do Termo de Referência e remeteu o feito à SEMAP para atendimento ([1025060](#)).

**13.** A programação orçamentária da despesa para **valores projetados para 6 meses** foi juntada no evento ([1025138](#)), documento que também registra, em cumprimento ao art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo, ambos da LC n. 101/2000 – LRF, que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**14.** Em atendimento à solicitação de diligência realizada pela SAC ([1025060](#)), a SEMAP juntou novo Termo de Referência de n. 04/2023 ([1025233](#)) e solicitou que fossem desconsiderados os documentos contidos na manifestação n. 17/2023 ([1024495](#)) e o Termos de Referência n. 01 ([1015169](#)) e n. 03 ([1022159](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Em seguida, verifica-se que a SAC concluiu pela regularidade do Termo de Referência de n. 04/2023 ([1025233](#)), nos seguintes termos ([1025535](#)):

3 - Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2023 - PRES/DG/SAOF/COSEG/SEMAP ([1025233](#))** - complementado pela Informação Conclusiva ([1012064](#)) e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação.

**16.** Na sequência, a minuta do contrato foi juntada pela SECONT no evento ([1027152](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

**É o necessário relato.**

## **II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**17.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0000916-69.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**18.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

**19.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação:**

**20.** De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

**21.** Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão de situação**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**emergencial.** Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

**22.** Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n.9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

### **CAPÍTULO II**

#### **PLANEJAMENTO**

**Art. 3º** O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

**I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;**

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

**V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;**

**VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;**

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

**§ 1º** O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

**23.** Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

### **I - Poderão ser dispensados de forma justificada:**

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

### **II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:**

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) ) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

### **3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**24. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação** está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pelo SEMAP para o registro de sua demanda ([1011125](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no campo reservado às **Informações Adicionais**, a unidade sugeriu a dispensa de ETP, Mapa de Riscos e Indicação de Equipe de Planejamento da Contratação apresentando as seguintes justificativas:

Nos precisos termos do art. 3º, § 3º, da IN n. 09/2022, tem-se que:

A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

O processo de contratação de empresa para manutenção do sistema elétrico envolveu empresas de RO e de outros Estados, informações contidas no Processo SEI n. [0001460-91.2022.6.22.8000](#). Neste, não houve vencedores, pois o certame foi fracassado. Em continuidade, foi feita a contratação direta, na qual saiu como vencedora a empresa TF ENGENHARIA, e que após uma prestação de serviços fora dos parâmetros de conformidade exigidos em contrato, sofreu notificações, não recebimento de serviços, etc, resultou que foi notificada e durante a negociação com a empresa, esta pediu a rescisão do contrato ([1000362](#)), deu causa à manifestação desta SEMAP em rescindir ([1006791](#)). E agora ante a urgência que o caso requer, para a Instituição não ficar a descoberto dos serviços, será feita a contratação emergencial.

Desta maneira, esta Seção, indica que haverá tempo suficiente para elaborar um processo com todos os elementos necessários, que nessa contratação direta estão dispensados.

**25. Também afastou no próprio DFD o processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e segs da IN TRE-RO n. 9/2022, justificando da seguinte forma:**

A pretensa contratação é importante para Administração, pois este contrato tem a finalidade de eliminar os riscos na manutenção elétrica, que se tornou necessário por conta da prestação de serviços deficiente e que deverá ser sanada com a contratação de nova empresa com a devida expertise e conhecimento técnico. O procedimento de dispensa eletrônica é um instrumento muito recente implantado na administração, não testado e consolidado ainda, portanto o risco seria a sua aplicação neste momento e o fim a que será utilizado a atualização do custo da obra e, não ter a celeridade necessária, poderá prejudicar o planejamento da licitação da execução da obra da futura sede, previsto para o final deste exercício.

Assim, esta unidade entende, diante do contexto exposto, sugerimos, por cautela, s.m.j, a dispensa da dispensa eletrônica, com fundamento no dispositivo da IN 9/2022 ([0917187](#)), art. 28, §2º, I, que a pretensa contratação seja processada da forma tradicional.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1011125](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:**

27. Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se do atual contrato vigente neste regional e da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

28. Quanto à **justificativa do preço**, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo **art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no **art. 23 da Lei n. 14.133/2021**, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021**. Para a aferição do valor estimado dos serviços a unidade prestou as informações exigidas pelo referido formulário. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento ([1015861](#)) e demonstra a metodologia utilizada para estimativa de preços.

29. Deve-se destacar, posto que relevante, que orçamento prévio estimativo e os valores obtidos que estimaram a presente contratação em **R\$ 426.480,24 (quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)**, atualizado pela aplicação do [IPCA acumulado de 12 meses 11,89% \(jun/2022\)](#), decorreram da análise da execução do atual contrato, conforme Termo Aditivo nº 03 ao Contrato n.13/2017 ([0750304](#)). Justificou ainda a unidade demandante, a respeito da metodologia aplicada, apresentando as seguintes justificativas:

Utilizamos essa metodologia frente à indisponibilidade de informações de órgãos públicos em nos fornecer os contratos firmados com empresas e cujo objeto corresponda a pretensa contratação, conforme consulta constante nos eventos ([0834262](#) e [0836785](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, não obtemos sucesso na pesquisa de preços junto ao mercado, conforme e-mails enviados e constantes nos eventos ([0834262](#));

Além disso, em pesquisa ao site: Banco de Preços, não foi encontrado um processo de contratação cujo objeto demonstrasse equipamentos e características próximas da nossa realidade.

**30.** Por sua vez, os documentos juntados ao processo atestam que a cotante **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ N. 15.706.238/0001-04**, ofertou o menor preço e atendeu aos requisitos de habilitação, resultando sua proposta no valor estimado de R\$ 310.800,00 (Trezentos e dez mil e oitocentos reais), sagrando-se vencedora do certame, conforme registrado também nos itens 17.1.2, 17.2.2 e 17.2.3 do TR em análise ([1025233](#)).

**31.** Por tal motivo, tratando-se de **situação emergencial** - que será analisada posteriormente neste parecer - e demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação poderá ser enquadrada na situação de dispensa de licitação prevista no art. 75, VIII, da Lei n. 10.133/2021.

**32.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.3 Análise do termo de referência:**

**33.** O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEMAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1025233](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

**I** - A definição do objeto para o atendimento da necessidade e as especificações técnicas sobre procedimentos de manutenção e substituição de peças - Capítulo 1:

**II** - A previsão da contratação no Plano Anual de Contratações de 2023 - Capítulo 2;

**III** - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3; "(...) *Esta contratação deve-se ao fato da iminente rescisão contratual que está em andamento no Processo SEI nº. [0001460-](#)*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

91.2022.6.22.8000 e que já é resultante de um procedimento de contratação direta devido a um certame fracassado. Esta prestação de serviço terá prazo limitado e precederá um novo certame, com vistas a suprir essa lacuna temporal entre a rescisão e a nova contratação. Que os serviços prestados são de extrema necessidade, vez que a rescisão do Contrato n. 40/2022 (0959857) está com o pedido de rescisão sob análise na Diretoria Geral. E devido à grande utilidade não é possível ficar sem o serviço. Para isso será feita a licitação e no intervalo de preparação do Termo de Referência será preciso manter uma empresa prestando o serviço em regime emergencial, nos termos do art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021".

**IV** - A descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

**V** - Os requisitos da contratação - Capítulo 5; registrando as orientações quanto à apresentação da proposta;

**VI** - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6; definindo a aplicação IN nº 001/2010-SLTI/MPOG na presente contratação;

**VII** - O modelo de execução do objeto e os deveres e responsabilidades das partes - Capítulo 7;

**VIII** - Modelo de Gestão do Contrato com as indicações da gestão do contrato e a fiscalização - Capítulo 8;

**IX** - Critérios de Medição de Pagamento - Capítulo 9;

**X** - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 9;

**XI** - Reajuste Contratual - Capítulo 10;

**XII** - Estimativa do Valor da Contratação - Capítulo 11;

**XIII** - Aderência Orçamentária - Capítulo 12;

**XIV** - Forma de seleção do fornecedor - Capítulo 13; A unidade registrou, ainda, que para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e declarações legais.

**XV** - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

**XVI** - Das Infrações e Sanções Aplicáveis - Capítulo 15;

**XVII** - Das propostas apresentadas e análise - Capítulos 16 e 17; registrou a unidade que a empresa que apresentou a melhor proposta comercial foi a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

***ELÉTRICA LTDA, CNPJ N. 15.706.238/0001-04, que comprovou a sua regularidade e habilitação exigidas para contratar com este Regional.***

**34.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Termo de Referência n. 4/2023 SEMAP ([1025233](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.2 Da Possibilidade Jurídica de Contratação Emergencial:**

**35.** Quanto ao mérito deste processo, a nova Lei de Licitações e Contratos prevê, em seu art. 75, os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, caracterizando a exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

**36.** Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso VIII, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo:

#### **Lei 14.133/2021:**

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

**VIII - nos casos de emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

**37.** Depreende-se da leitura do dispositivo legal citado que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público** ou particular. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos, no que relevante para esta análise:

a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano** contado da data de ocorrência da emergência;

c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

**38. No caso em análise constata-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP no capítulo 3 do TR e reproduzidas no que essencial nesta análise, cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada.** Acrescente-se ainda que, de acordo com o **item 7.1.2 do TR (1025233)**, o contrato que se pretende terá prazo de execução de 1 (um) ano a contar da emissão da Ordem de Serviço, não sendo permitida a prorrogação, o que revela que foi dimensionado para o atendimento da situação emergencial e o necessário planejamento para nova contratação, nos termos **do inciso VIII do art. 75 da L. 14.133/2021**.

**39. Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do § 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, a saber:**

**I - valores praticados pelo mercado:** situação que foi demonstrada e justificada pela unidade demandante na Informação Conclusiva valor estimado ([1015861](#)) e manifestação ([1024495](#)), além de **analisada na Seção 3.1.2** deste parecer;

**II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório:** a unidade indicou que haverá tempo suficiente em 1 (um) ano para elaborar um novo processo com todos os elementos necessários para evitar os mesmos problemas dos processos anteriores ([1011125](#)) e informou que já estaria realizando estudos e capacitações visando uma nova modelagem de contratação por meio de facilities, ainda que sem processo formalmente aberto;

**III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial:** Sobre este ponto, esta unidade jurídica entende que as justificativas apresentadas pela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SEMAP no item 3 do TR n. 04/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão, elementos objetivos exigidos, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU, veja-se:

### **Orientação Normativa AGU Nº 11, de 01 de abril de 2009**

A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI.

**40.** Contudo, poderá a autoridade administrativa competente decidir sobre a eventual apuração de responsabilidade dos agentes que diretamente deram causa ao ato.

### **3.3 Da análise minuta do contrato:**

**41.** Os instrumentos contratuais não estão listados entre aqueles que integram a fase de planejamento da contratação, os quais devem ser submetidos ao controle de legalidade da Assessoria Jurídica na forma do **art. 53 da Lei n. 14.133/2021**. Contudo, o § 4º desse mesmo dispositivo determina que o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará o controle prévio de legalidade** das contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. Por sua vez, o instrumento de contrato - ou seu substitutivo - é imperativo nos casos elencados pela lei. Veja-se:

**Art. 95.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

#### **I - dispensa de licitação em razão de valor;**

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais **não resultem obrigações futuras**, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 92 desta Lei](#).

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**42.** Como não se trata de dispensa em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, aliás com serviços que resultam obrigações futuras às partes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato. Por sua vez, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento ([1027152](#)), revela que essa foi adequada às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021. Por sua vez, as condições ajustadas decorrem dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante. Assim, sob o aspecto formal, verifica-se que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

## **IV – CONCLUSÃO**

**43. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

**a)** pela aprovação do **Termo de Referência n. 4/2023 – SEMAP** ([1025233](#)) - também analisado e julgado regular pela SAC ([1025535](#)), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

**b)** pela possibilidade jurídica da contratação **EMERGENCIAL**, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência retrocitado, diretamente com a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA**, CNPJ 15.706.238/0001-04, vencedora da cotação de preços, no valor R\$ 310.800,00 (Trezentos e dez mil e oitocentos reais), pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da emissão da Ordem de Serviço, **não sendo permitida a prorrogação**, e que também comprovou a regularidade fiscal, econômica, trabalhista e a habilitação técnica, conforme documentos juntados nos eventos ([1024482](#)) ([1024484](#)) ([1024480](#)) ([1024479](#)) ([1024486](#)) ([1024489](#)), fatos registrados nos itens 17.1.2, 17.2.2 e 17.2.3 do TR em análise.

**Sobre eventual apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial:** Esta unidade jurídica entende que as justificativas apresentadas pela SEMAP no item 3



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do TR n. 04/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que **a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão**, elementos objetivos exigidos para esse procedimento, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU. Contudo, **poderá a autoridade administrativa competente decidir sobre a eventual apuração de responsabilidade dos agentes que diretamente deram causa ao ato.**

Registre-se que, conforme já apontado no **item 13 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 para **valores projetados somente para os próximos 6 meses** ([1025138](#)), situação que deverá ser analisada pela autoridade administrativa.

c) para cumprimento do **§ 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do contrato ([1027152](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos e regular a relação entre as partes.

**44.** Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal em razão do valor. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 29/06/2023, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1027367** e o código CRC **4319D55C**.